

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Segunda Sessão Ordinária
27 – 29 de Janeiro de 2008
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

EX.CL/379(XII)

RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA INDÚSTRIA DA UA
24 – 27 DE SETEMBRO DE 2007

**Relatório da UA sobre a Primeira Sessão Extraordinária da
Conferência dos Ministros da Indústria da UA,
Midrand, África do Sul, 24 – 27 de Setembro de 2007**

A Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI) foi instituída em 1971 pela Organização Industrial das Nações Unidas (UNIDO) como o maior fórum em que os líderes de África pudessem deliberar sobre questões do desenvolvimento industrial no continente. Desde a sua inauguração, a CAMI tem se reunido de dois em dois anos sob a égide da UNIDO. Com o estabelecimento da UA e o maior destaque à promoção da indústria no seu mandato, a CUA e a UNIDO assinaram, durante a CAMI-17 que foi realizada no Cairo em 2006, um Memorando de Entendimento (MdE) que definiu as áreas de cooperação entre as duas organizações de modo a acelerar o desenvolvimento industrial de África. O MdE prevê que a CUA assuma a função de liderança para a organização de futuras reuniões da CAMI.

Pelo facto da Cimeira da UA de Janeiro de 2008 ter como tema central a Industrialização de África, e de modo a garantir a preparação adequada desta Cimeira, o Departamento de Comércio e Indústria da CUA organizou, em estreita colaboração com a UNIDO, várias actividades. Essas actividades incluem várias reuniões consultivas, duas Reuniões de Grupos de Peritos, bem como a Primeira Reunião da Mesa da CAMI-17. A Reunião do Grupo de Peritos deliberou sobre duas principais questões temáticas que são essenciais para a articulação de uma estratégia de desenvolvimento industrial coerente para África, nomeadamente, “Avaliação das Normas, do Cumprimento e da Conformidade para o Desenvolvimento do Comércio Sustentável em África” e “Plataforma de Investimento para o Mecanismo Produtivo Africano”. O resultado das duas Reuniões do Grupo de Peritos contribuiu para as deliberações da Primeira Sessão Extraordinária da CAMI e prestou contribuições valiosas para o Plano de Acção para a Industrialização de África.

Como parte dos preparativos da Cimeira de Janeiro de 2008, a Primeira Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Indústria da UA (CAMI) foi organizada conjuntamente com a UNIDO e realizada na República da África do Sul, em Midrand, de 24 a 27 de Setembro de 2007. O principal objectivo desta Sessão foi o de formular uma estratégia industrial bem como um Plano de Acção para África. Participaram na Conferência representantes de quarenta e oito Estados Membros, incluindo trinta e um Ministros Africanos. Participaram igualmente treze delegações/representantes das regiões, instituições e Uniões.

A Reunião dos Altos Funcionários que antecedeu a Reunião Ministerial foi realizada de 24 a 25 de Setembro de 2007. Analisou sete importantes pontos, nomeadamente, os Relatórios da Reunião do Grupo de Peritos; As Conclusões e Recomendações do Grande Debate de 2007 sobre os Recursos Naturais; Diversificação da Produção desde os Recursos Naturais aos Produtos

Manufacturados; Fortalecimento do Crescimento Industrial: O Desafio da Segurança Energética para África; Inovação, Ciência e Tecnologia para a Industrialização; o Desenvolvimento de uma Estratégia Continental Abrangente; e o Projecto do Plano de Acção.

Os Altos Funcionários fizeram a observação de que o potencial de África para a vantagem comparativa de curto e médio-prazos, depende nos imensas dotações de recursos naturais, nomeadamente, agrícolas, minerais, energéticos, florestais, pesqueiros e de aquacultura. Esses recursos proporcionam oportunidades imediatas de exploração bem como uma plataforma para África desenvolver uma vantagem competitiva a longo-prazo através do processamento de recursos (mais-valia nos produtos acabados [*downstream value-addition*]) e o desenvolvimento de indústrias de absorção de recursos (mais-valia nas matérias-primas [*upstream value-addition*]). A reunião apoiou a formulação de base de recursos coerente e uma estratégia futura para a industrialização de África, tendo em conta o Plano de Acção Consolidado das Ciências e Tecnologias em África adoptado pela Cimeira da UA e que contem os principais programas prioritários de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a abordagem dos principais desafios de África.

A Primeira Sessão Extraordinária da CAMI realizou-se na forma de um debate aberto. O debate foi estruturado em duas sessões principais. A primeira sessão foi sobre a Diversificação da Produção desde os Recursos Naturais aos Produtos Manufacturados ao passo que o destaque da segunda sessão foi no desenvolvimento de uma Estratégia Industrial Continental e implementação. A Conferência analisou os Relatórios nela apresentados pelos Altos Funcionários. Durante as deliberações, destacou-se a importância de acelerar a velocidade da industrialização de África para o alcance do desafio do desenvolvimento no continente. Foi destacada a necessidade de uma estratégia industrial baseada nos recursos e da cooperação entre os países e regiões na implementação da estratégia. Foram debatidos os vários elementos da estratégia bem como um Plano de Acção para a implementação.

No final das suas deliberações, a Conferência dos Ministros Africanos da Indústria adoptaram o seu Relatório e uma Resolução. Analisou igualmente os Projectos de um Plano de Acção e de uma Declaração da Cimeira relativa ao Desenvolvimento Industrial de África e recomendou ambos os documentos para adopção por parte da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo na Cimeira de Janeiro de 2008. A República da África do Sul reiterou a sua disposição de albergar a 18ª Sessão Ordinária da CAMI em data a ser fixada após consultas.

Tenho a honra de apresentar para Vossa consideração os Relatórios, Resolução, Plano de Acção e o Projecto da Declaração da Cimeira da Primeira Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Indústria da UA (CAMI).

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS
ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Segunda Sessão Ordinária
27 - 29 de Janeiro de 2008
Adis Ababa, Etiópia

EX.CL/379 (XII)

RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
DA INDÚSTRIA DA UA (CAMI)

Anexo I

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
DA INDÚSTRIA DA UA (CAMI)**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
24 – 27 DE SETEMBRO DE 2007
MIDRAND, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**Ext/MIN/CAMI/Rpt. (I)
ORIGINAL: INGLÊS**

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
DA INDÚSTRIA DA UA (CAMI)**

RELATÓRIO DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MINISTROS DA INDÚSTRIA DA UA

INTRODUÇÃO

1. A Primeira Sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Indústria da UA, teve lugar de 26 a 27 de Setembro de 2007, em Gallagher Estate, Midrand, África do Sul. A cerimónia de abertura foi presidida por S. Exc^a Rachid Mohamed Rachid, Ministro do Comércio e Indústria da República Árabe do Egipto, na qualidade de Presidente da Conferência. O Convidado de Honra foi S. Exc^a Mandisi Mpahlwa, Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul.

II. PARTICIPAÇÃO

2. A reunião contou com a participação dos seguintes países: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Rep. Centro Africana, Comores, República do Congo, República Democrática do Congo, Côte d'Ivoire, Djibouti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Saharaoui Democrática, Senegal, Sierra Leone, Sudão, Swazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram igualmente presentes na reunião as seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER): Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), e a União Económica Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA).

4. Também presentes estiveram as Organizações africanas e internacionais, bem como as seguintes ONGs: CEA, DAPAD, ACBF, UACCIAP, ARSO, NEPAD, ONUDI, CNUCED, MINTEK, ECOWAS Bank. A lista completa de participantes encontra-se no Anexo I.

DELIBERAÇÕES

Ponto 1 da Agenda: Abertura da Reunião

Disurso de Boas vindas proferido pelo Presidente da reunião, S. Exc^a Eng. Rachid Mohamed RaChid

5. Na sua apresentação, o Presidente da 17^a CAMI, S. Exc^a Rachid Mohamed Rachid, Ministro do Comércio e Indústria do Egipto, exprimiu o seu apreço ao governo sul-africano por ter acolhido a reunião e destacou a importância dessa Sessão Extraordinária da CAMI, à luz dos preparativos para a próxima Cimeira da UA a realizar-se sob o tema “a Industrialização”. Ele recordou mais tarde, os

desafios que a indústria em África enfrenta, apesar do grande potencial económico que ela possui. Ele manifestou a necessidade de se rever as prioridades de África, de modo a permití-la resolver o problema da pobreza em África com vista a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mais adiante observou que o mundo de hoje tem-se tornado extremamente competitivo e que era necessário tomar-se medidas imediatas para ultrapassar os desafios das pequenas economias: daí a necessidade da integração regional para fazer face aos desafios das economias de escala. Enumerou uma série de desafios e instou os Ministros a intensificarem os seus esforços na cooperação intra-africana, particularmente no domínio do desenvolvimento industrial como base para uma integração significativa na economia mundial.

6. De igual modo, chamou a atenção para o crescente poder político de África na arena internacional, quando o seu poder político ainda não é comensurável com este papel. A África tem de maximizar o acréscimo de valor aos seus próprios produtos. O desenvolvimento industrial é o arranque para o acesso aos mercados. Ele reiterou a necessidade de não apenas focar-se na produção, mas também no reforço da capacidade produtiva que tenha em conta as necessidades de qualidade dos mercados internacionais. Ele sublinhou ainda a necessidade de se intensificar a cooperação na formação e na partilha da tecnologia entre os países africanos. Mais adiante, anunciou a iniciativa de ATTI que visa reforçar a capacidade para o desenvolvimento tecnológico. Finalmente, ele reiterou ainda o empenho do Egipto no desenvolvimento em apoiar a África na sua luta contra a pobreza.

Discurso do Sr. Kandeh Yumkella, Director-Geral da ONUDI

7. No seu discurso, o Director-geral da ONUDI, Dr. Kandeh Yumkella, agradeceu à Comissão da União Africana por ter atribuído um lugar de relevo ao desenvolvimento industrial no projecto de desenvolvimento do Continente. Ele reconheceu a liderança exemplar do Governo do Egipto na sua qualidade de Presidente da CAMI assim como pelo apoio dado pelos governos da África do Sul, do Gana e da Tunísia no acolhimento das reuniões preparatórias da Sessão Extraordinária da CAMI.

8. O Director-geral da ONUDI fez, em seguida, a síntese de algumas acções feitas pela sua organização no quadro do acompanhamento da última sessão da CAMI, realizada no Cairo, Egipto. Essas acções referem-se aos programas regionais e nacionais em áreas tais como o reforço de capacidades em matéria do comércio, a qualidade das infra-estruturas, o ensaio, a metrologia, a normalização, a revitalização industrial, o relançamento dos meios de subsistência, a formação profissional, a transformação de frutos e produtos vegetais assim como o reforço da cadeia de valores dos ramos algodoeiro, têxtil e de vestuário.

9. O Dr. Yumkella informou à Conferência Ministerial que foram organizadas quatro reuniões de Altos Funcionários pela ONUDI, Comissão da UA, CEA e NEPAD tendo em vista a identificação das questões-chave a serem discutidas

pelos Ministros. Para o efeito, foi elaborada uma série de programas que visam a implementação do Plano de Acção em cinco áreas essenciais, designadamente:

- melhoria das capacidades produtivas e comerciais;
- promoção de investimentos;
- empregos produtivos, decentes e sustentáveis para os jovens;
- segurança energética; e
- sistemas de inovação industrial.

10. A ONUDI lançou igualmente, em colaboração com a Comissão da UA e o Governo do Brasil, o processo de consultas sobre a bio-energia em Julho de 2007. Para a promoção da Cooperação Sul-Sul, estão em curso de elaboração duas novas iniciativas denominadas “electrificação da África” e “uma aldeia, um produto”, com o apoio dos governos da China e do Japão, respectivamente.

11. O Dr. Yumkella levantou algumas questões a serem submetidas à apreciação dos Ministros, designadamente:

- pobreza cada vez maior num contexto de crescimento económico e do aumento de produtos de base;
- produtos de base com maior valor acrescentado;
- polo de crescimento;
- verificação do progresso;
- competitividade e inovação; e
- criação de postos de trabalho através da promoção de um sector de manufactura com recurso a uma mão-de-obra intensiva.

12. Ao concluir o seu discurso, o Director-geral da ONUDI referiu que ao longo das próximas décadas, a África deverá concentrar os seus esforços na utilização do sector de manufactura como uma força dinâmica capaz de promover a transformação económica dos seus recursos naturais e humanos.

Discurso da Sr^a Elisabeth Tankeu, Comissária da UA para o Comércio e Indústria

13. A Comissária da UA para Comércio e Indústria, Sr^a Elisabeth Tankeu, em nome do Presidente da Comissão, deu boas-vindas a todas as delegações ministeriais antes de agradecer ao Governo e ao Povo da África do Sul pela

hospitalidade assim como por todas as disposições tomadas para o bom desenrolar da Conferência. Ela agradeceu igualmente aos Ministros pela taxa elevada da sua participação.

14. Ao recordar algumas decisões tomadas durante a 17ª Sessão da CAMI, realizada no Cairo, em 2006, ela referiu-se especificamente à decisão que confiou à Comissão da União Africana o mandato de convocar as sessões da CAMI assim como aquela através da qual a Comissão e a ONUDI são convidadas a organizar conjuntamente reuniões de Altos Funcionários. Os relatórios dessas reuniões foram analisados pela sessão dos Altos Funcionários em preparação da realização da presente reunião dos Ministros. Essa análise culminou com a formulação de recomendações e de um projecto de Plano de Acção sobre o qual a sessão ministerial deverá pronunciar-se.

15. A Comissária debruçou-se longamente sobre o compromisso dos dirigentes políticos da UA em prol da industrialização do Continente a curto prazo, facto que é testemunhado pela sua decisão de consagrar a Cimeira de Janeiro de 2008 ao tema relativo à Industrialização de África. Com efeito, é através da industrialização que o Continente vai entrar numa autêntica dinâmica de desenvolvimento que deverá imperativamente traduzir-se pela transformação local das matérias-primas para lhe conferir um maior valor acrescentado, única fonte de riqueza e meio privilegiado de luta contra a pobreza e via de acesso para a realização dos ODM.

16. Em seguida, a Comissária enumerou as principais condições que devem ser cumpridas para a realização do processo de industrialização. Ela referiu-se à formação de competências profissionais e das capacidades produtivas. Para o efeito, ela convidou a ONUDI a implementar, com recurso ao saldo dos fundos alocados para a Década de Industrialização de África, a Iniciativa referente às Capacidades Produtivas do Continente, se bem que a África tem necessidade de um programa que vai para além deste aspecto, tendo em vista tirar proveito das oportunidades de acesso ao mercado oferecidas no quadro da OMC e dos APE. Ao referir-se a outras condições indispensáveis para o desencadeamento do processo da industrialização, a Comissária convidou os Ministros a fazer uma análise profunda durante a discussão do projecto do Plano de Acção.

17. A Comissária chamou a atenção dos delegados à reunião sobre a necessidade de tirar proveito da grande procura de matérias-primas da África pelos países emergentes do Sul para a assinatura, com estes últimos, de parcerias estratégicas favoráveis à inclusão de interesses prioritários do Continente.

18. Ao concluir a sua intervenção, a Comissária convidou os países africanos que já possuem uma base industrial relativamente sólida a servirem de força motriz no processo global de industrialização do Continente. Ela agradeceu a ONUDI pelo seu apoio, tendo manifestado o desejo de que os países africanos façam advocacia para o reforço do seu papel.

Discurso do Convidado de Honra

19. S. Exc^a Mandisis Mpahlawa, Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul, exprimiu as suas calorosas boas-vindas a todos os participantes a África do Sul e o seu privilégio de albergar a Conferência. Ele salientou que o sucesso de África depende da própria África. Sublinhou a necessidade de se expandir o comércio e de se alterar a situação geopolítica de África. Sublinhou ainda a necessidade de a África tornar-se autosuficiente. Seguidamente, observou que as parcerias estratégicas devem ser formadas a dois níveis: ao nível africano, através do fomento de cooperação intra-africano e, ao nível global, a cooperação Sul/Sul. O Ministro do Egipto instou os Estados Membros a aprenderem com as experiências asiáticas e de outros parceiros e a adaptar as suas tecnologias às suas necessidades. Ele concluiu exortando a Conferência a formular uma estratégia industrial continental que seja realista e exequível e a utilizar as regiões como plataformas para a planificação política e a implementação das questões. A terminar, declarou aberta a 1^a Sessão Extraordinária da CAMI.

Ponto 2 da Agenda: Adopção da Agenda

20. A Agenda foi adoptada sem emendas.

Ponto 3 da Agenda: Organização dos Trabalhos

21. A reunião adoptou o seguinte horário de trabalho:

Manhã	:	9H00	-	13H00
Tarde	:	14H30	-	19H00

Ponto 4 da Agenda: Apreciação do Relatório dos Altos Funcionários

22. Ao analisar o relatório dos Altos Funcionários, que foi apresentado pelo Lesoto, Relator da Conferência, os Ministros manifestaram a sua satisfação por saberem que os seus Altos Funcionários participaram tanto nos debates como na redacção do relatório. Por isso, tomaram nota do relatório.

Ponto 5 da Agenda: Sessão Interactiva e trocas de impressões:

- a) **Diversificação da Produção dos Recursos Naturais aos Bens Industriais, incluindo a análise das Recomendações da Grande Mesa Redonda de 2007, sobre os recursos naturais.**
- b) **Desenvolvimento de uma estratégia industrial continental abrangente, incluindo a promoção do crescimento industrial, a iniciativa africana sobre a tecnologia e a inovação, a plataforma de investimentos e o reforço da estrutura da qualidade.**

23. Na sequência das breves apresentações feitas pelos peritos sobre as duas áreas temáticas acima mencionadas, como solicitaram os Ministros, as seguintes questões e recomendações foram apresentadas pelos Ministros:

24. Em relação a diversificação da produção, dos recursos naturais aos produtos industrializados, incluindo a consideração das recomendações da Grande Mesa Redonda de 2007 sobre os recursos naturais. Os Ministros deram início a um debate franco e aberto sobre as principais questões que emergiram das exposições feitas.

25. Ao debater as questões, os Ministros tomaram conhecimento do resultado da Grande Mesa Redonda de 2007 sobre a gestão dos recursos naturais e observaram que os recursos naturais de África são um bem que podem impulsionar o crescimento e o desenvolvimento do Continente. Eles observaram ainda que era importante adicionar valores às indústrias baseadas em recursos. Neste contexto, sublinharam a necessidade de aprofundar a integração regional, mobilizar recursos de forma colectiva, reforçar as CERs e empreender acções colectivas ao nível regional, de modo a formar maiores mercados, reduzir os custos de transacções e reforçar as economias de escala.

26. Os Ministros disseram que a expansão da capacidade de industrialização de África através da adição de valores aos recursos, requereriam uma contribuição financeira importante. Para vencer este desafio, eles recomendaram a necessidade de se centrarem mais nos recursos financeiros africanos (tais como o Banco Africano de Desenvolvimento, UEMOA, etc), para financiar o acréscimo de valor do Continente. De igual modo, recomendaram a utilização de fundos de pensão e outros mecanismos inovadores para este efeito.

27. Os Ministros salientaram que o crescimento económico asiático confronta a África com desafios normais e ameaças. Para resolver estes desafios, a África deverá adoptar posições estratégicas comuns. Eles observaram também que a África precisa de empreender acções concertadas para resolver esses problemas e maximizar os benefícios do desenvolvimento oferecidos pelo rápido crescimento de recursos mundiais. O sucesso da OPEC poderá servir de base para as estratégias africanas. A este respeito, o Continente africano precisa de identificar dimensões importantes do desenvolvimento (tais como o desenvolvimento de infraestruturas, a adição de mais valia aos recursos, a transferência de competências, o emprego local, a procura interna, etc), com vista a formação de parcerias inteligentes com os países importadores de recursos. Todavia, os Ministros notaram o acréscimo de valor aos recursos é uma área às vezes dominada por grandes companhias transnacionais. Para reforçar o poder de regateador de África e a sua posição de negociador, eles recomendaram que os Estados Membros africanos empreendessem acções conjuntas e formulassem posições comuns. Isto irá igualmente aplicar-se às negociações com actores emergentes a nível mundial. Neste processo, a Comissão da União Africana deve tomar a liderança.

28. Os Ministros observaram que embora os recursos minerais actualmente produzam grandes receitas, os investimentos nessas áreas muitas vezes vão para outras regiões que não a África, devido a regimes fiscais e de exploração adequados. A este respeito, fez-se um apelo para que se fizesse uma revisão dos códigos de exploração e dos regimes fiscais minerais, de modo a permitir os países africanos captarem uma maior partilha de receitas provenientes desses recursos e de proventos extraordinários. Para além disso, os Ministros sugeriram que a Comissão da União Africana desenvolvesse o modelo africano de regimes de extracção de recursos naturais, códigos de conduta e directrizes que pudessem ser utilizados pelos Estados Membros.

29. Os Ministros enfatizaram igualmente a necessidade de África expandir as suas indústrias com base nos recursos, enquanto diversificassem simultaneamente, a produção industrial. Isto requer abordagens gerais e integradas para o desenvolvimento. Ao formularem uma estratégia de industrialização com base nos recursos, os Ministros notaram que o desenvolvimento dos grandes recursos agrícolas africanos, com o enorme potencial de emprego, é dificultado severamente pela sua falta de infraestruturas (os elevados custos logísticos), a falta de alfaias agrícolas (fertilizantes), a falta de financiamento para os agricultores, a ausência de sistemas de irrigação, a falta de sistemas de informação (serviços de extensão rural) e os baixos rendimentos agrícolas (os subsídios agrícolas da OCD). Os Ministros observaram igualmente que os governos têm um importante papel a desempenhar para resolver esses problemas de mercado, através do desenvolvimento de corredores como a (NEPAD SDP). Eles consideraram o SDP como um importante instrumento para expandir as infraestruturas em África. Eles também observaram que qualquer estratégia continental deve ter em conta a necessidade de aprendizagem e os contextos específicos, bem como os recursos de cada país.

30. Os Ministros fizeram saber que a estratégia africana de desenvolvimento industrial deve ser harmonizada com as suas políticas e acordos comerciais, incluindo as questões da OMC, os APEs, os TRIMs, possam causar obstáculos ao acesso ao mercado dos produtos com valor acrescentado.

31. Os Ministros notaram que, embora a exploração do potencial mineral africano, através do investimento directo estrangeiro, traga vantagens a curto prazo, a dominação estrangeira da riqueza mineral africana não é politicamente sustentável a longo prazo. Por conseguinte, a África precisa de facilitar o desenvolvimento do capital mineral interno através da imposição de condições de licenciamento e a criação de instituições financeiras para o desenvolvimento que se dedicam única e simplesmente à exploração mineral (DFIs), a fim de ajudar as empresas que absorvem os recursos (Junior Resources Companies).

32. Os Ministros disseram que as indústrias africanas com base em recursos precisavam de se tornar competitivas a nível mundial e que o grande problema neste contexto, é o elevado custo de condições logísticas em África. Isto poderá ser resolvido através do desenvolvimento integrado de corredores, que

proporcionem infraestruturas rentáveis para o potencial de recursos naturais (NEPAD SDP).

33. Para além disso, os Ministros observaram que embora o desenvolvimento de recursos signifiquem grandes oportunidades para a África, eles também acarretam grandes ameaças como aquelas já conhecidas como sendo “a praga de recursos”. Eles observaram que a África conseguiu obter ganhos positivos na área da governação colectiva e individual, em termos de numerosas iniciativas continental e multilaterais, tais como o Mecanismo Africano de Avaliação dos Pares e o Processo de Kimberly.

34. Contudo, essas iniciativas devem ser alargadas a toda a África e reforçadas a fim de satisfazer as necessidades peculiares africanas. A reunião notou que uma das vias mais efectivas da sustentação da boa governação é a auto-confiança colectiva, através de uma maior integração política e económica, por via de uma integração das CERs. Portanto, o melhoramento dos sistemas de governação em África foi considerada como sendo vital para a maximização dos benefícios da exploração dos recursos naturais. A este respeito, o aumento da participação de parlamentares e de outros órgãos supervisores na gestão do sector dos recursos naturais, foi também considerada como vital.

35. Ao concluir o debate, os Ministros precisaram que havia necessidade de se formular estratégias de extracção de recursos que estabeleça o equilíbrio dos interesses locais e nacionais, promovam uma maior distribuição dos benefícios das comunidades directamente afectadas pela exploração dos recursos naturais e de se centrar na necessidade do processamento local dos recursos naturais, assim como do desenvolvimento da rede de valores importante para o crescimento e o desenvolvimento económico.

36. Sobre Desenvolvimento de uma estratégia industrial continental abrangente, incluindo a promoção do crescimento industrial, a iniciativa africana sobre a tecnologia e a inovação, a plataforma de investimentos e o reforço da estrutura da qualidade, tendo sido realçados os seguintes pontos:

- O desenvolvimento de uma estratégia de aplicação das regras da OMC e a aprendizagem das práticas dos países desenvolvidos, a fim de tirar o maior proveito possível;
- A problemática da protecção da propriedade intelectual como parte integrante da estratégia de desenvolvimento do continente;
- O reforço e o desenvolvimento do sector industrial, segundo as especificidades de cada país e região;
- O aumento do papel do sector privado no quadro do desenvolvimento do sector industrial;

- No processo de desenvolvimento dos recursos humanos, deve-se enfatizar a necessidade de se evitar os licenciados em trabalhos burocráticos para desenvolver recursos humanos com competências de apoio à indústria e para atrair o investimento;
- Observou-se que os sub-empregados e o contrato dos trabalhos externos podem de certa forma apoiar a partilha de recursos entre os países e a promoção de transferência de tecnologia;
- A necessidade de se combinar os programas a curto e longo prazos;
- A necessidade de os países beneficiarem das experiências da ONUDI e do papel de outras agências apropriadas na implementação da estratégia;
- A necessidade de a estratégia tomar em conta os programas em curso, por exemplo os da NEPAD e das CERs;
- A necessidade de os países mobilizarem os seus recursos na área das capacidades produtivas, de modo a melhorarem as suas posições de negociação;
- A promoção de PMAs como catalizadoras da industrialização;
- A necessidade de se envolver os parlamentares na repartição de recursos para a implementação da estratégia.

37. Por conseguinte, foram feitas as seguintes recomendações:

- Estabelecer uma base comum de gestão dos nossos recursos, congregando os recursos naturais, as competências e experiências, de modo a criar uma indústria regional capaz de competir à escala internacional e de beneficiar das economias de escala. Facilitar a complementaridade entre países e regiões;
- A Iniciativa egípcia sobre a Iniciativa Africana de Transferência de Tecnologia (ATTI) foi recomendada como sendo uma plataforma valiosa para a industrialização africana e a promoção da transferência e inovação tecnológicas em África;
- Promover as trocas intra-africanas;
- Solicitar a UA para desenvolver um código mineral modelo africano e os indicadores de governação para servir de pontos de referência para os países africanos;
- Solicitar a UA no sentido de coordenar e harmonizar as políticas industriais aos níveis regional e continental, tendo em conta as experiências de sucesso de certos países africanos;

- Priorizar o estabelecimento de infra-estruturas de base de energia eléctrica.

Ponto 6 da Agenda: Análise do Projecto de Plano de Acção

38. O Plano de Acção foi adoptado com emendas.

Ponto 7 da Agenda: Apreciação do Projecto de Resolução da 1ª Sessão Extraordinária

39. Foi analisado o Projecto de Resolução com pequenas emendas.

Ponto 8 da Agenda: Análise do Projecto de Declaração da Cimeira

40. O Projecto de Declaração de Cimeira foi analisado, tendo sido introduzidas algumas emendas.

Ponto 9 da Agenda: Adopção do Relatório/Plano de Acção/Resolução/Declaração

41. A Conferência adoptou o seu Relatório, Plano de Acção, Resolução e o Projecto de Declaração da Cimeira.

Ponto 10 da Agenda: Data e Local da 18ª Sessão da CAMI

42. A República da África do Sul reiterou a sua oferta para acolher a 18ª Sessão Ordinária da CAMI. As datas serão fixadas após consultas.

Ponto 11 da Agenda: Diversos

43. Nenhuma questão foi levantada neste ponto da agenda.

Ponto 12 da Agenda: Encerramento da Reunião

44. O Ministro do Comércio e Indústria da África do Sul procedeu ao encerramento da reunião.

Anexo II

**DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DA UA SOBRE
O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ÁFRICA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

website: www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
24 – 27 DE SETEMBRO DE 2007
MIDRAND, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**Ext/MIN/CAMI/DECL.1 (I) Final
Original: Inglês**

**DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DA UA SOBRE
O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ÁFRICA**

DECLARAÇÃO DA CIMEIRA DA UA SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA ÁFRICA

Nós, os Chefes de Estado e de Governo dos Estados Membros da União Africana, reunidos na 10ª Sessão Ordinária da nossa Conferência em....., a ... de Janeiro de 2008 subordinada ao tema da Industrialização Africana:

Evocando os objectivos estipulados para o desenvolvimento sócio-económico acelerado e sustentável da África no Tratado que institui a Comunidade Económica Africana, o Acto Constitutivo da União Africana, o Programa da NEPAD e o Plano Estratégico da Comissão da UA;

Reafirmando o nosso compromisso de invocar o Século XXI como o século de rápidas mudanças para a África e a fim de erradicar a pobreza e melhorar as condições de vida dos nossos povos até 2015;

Tendo em mente que é imperativo inverter o paradoxo da pobreza generalizada em África, apesar do precioso dom natural do nosso continente em recursos naturais;

Conscientes do laço forte entre a industrialização, o rápido crescimento e desenvolvimento económico;

Desejosos de transformar a África de uma economia baseada na produção de produtos primários para uma economia industrial do valor acrescentado;

Tomando nota que não obstante os esforços envidados, a quota de África na produção mundial de manufacturas é inferior um por cento;

Tomando nota, para além disso, do Programa da NEPAD para o Desenvolvimento Espacial (SPD);

Ansiosos de tirar lições úteis das experiências das novas economias industrializadas e emergentes.

Pela Presente:

Comprometemo-nos a:

- acelerar o desenvolvimento industrial de África, em particular a transformação de recursos naturais em produtos de alto valor acrescentado;
- adoptar políticas e programas visando o processamento de recursos naturais em África e também acrescentar um maior valor a esses recursos naturais;

- melhorar a parceria entre os sectores público – privado, particularmente nas áreas de desenvolvimento de infra-estruturas industriais;
- aumentar o desenvolvimento nas áreas de ciência e tecnologia, desenvolvimento de capital humano, particularmente na formação técnica, de forma a melhorar a produtividade e competitividade industrial de África;
- explorar em comum os recursos e partilhar conhecimentos e experiências nas áreas de tecnologia industrial, planificação e gestão de produção;
- estabelecer e reforçar os quadros jurídico e institucional visando a promoção de empresas industriais africanas aos níveis nacional, regional, continental e internacional;
- reforçar às instituições e agências industriais africanas de pesquisa e desenvolvimento, de forma a desenvolver abordagens e programas para o desenvolvimento industrial acelerado de África;
- encorajar os africanos na diáspora a aumentar as suas contribuições para o desenvolvimento industrial de África;
- acelerar a criação do Banco Africano de Investimento e a promoção de mercados de capitais africanos aos níveis regional e continental;
- conseguir a harmonização das leis comerciais africanas;
- tomar as medidas necessárias a nível nacional para implementar o Plano de Acção.

Apelamos à Comissão da União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e Parceiros de Desenvolvimento para que tomem as medidas necessárias para uma implementação eficaz do Plano de Acção;

Reafirmamos o nosso compromisso aos princípios de boa governação, da democracia, do estado de direito, da gestão macro-económica judiciosa, que são necessárias para o desenvolvimento acelerado dos nossos países;

Reiteramos o nosso compromisso de promover os mercados regionais de forma a alcançar economias de escala na produção de produtos industriais competitivos em África;

Comprometemo-nos a desenvolver e a melhorar a cooperação industrial e parceria de África com as economias industriais emergentes para o benefício mútuo das partes;

Exortamos os nossos parceiros de desenvolvimento a adoptarem políticas e medidas que encorajem as suas companhias a aumentarem o investimento no processamento local dos recursos naturais do Continente;

Apelamos aos Estados Membros a pagarem as suas contribuições à ONUDI e à Comunidade Internacional, para reforçar o mandato e meios da ONUDI permitindo que esta sirva como uma agência eficaz, para o desenvolvimento industrial acelerado de África;

Lançamos um Apelo à ONUDI para reforçar a sua visibilidade em África através da implementação de um programa que seja regionalmente equilibrado e mais virado para África;

Instruímos à Comissão da UA, em colaboração com as agências relevantes para preparar e submeter bienalmente a nossa consideração, relatórios de actividades sobre o estado da industrialização em África e a implementação do Plano de Acção.

**PLANO DE ACÇÃO PARA O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL EM ÁFRICA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
24 – 27 DE SETEMBRO DE 2007
MIDRAND, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**EXT/MIN/PA(I)
ORIGINAL: INGLÊS**

**PLANO DE ACÇÃO PARA O RÁPIDO DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL EM ÁFRICA**

**PLANO DE ACÇÃO PARA O RÁPIDO
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM ÁFRICA**

**PLANO DE ACÇÃO PARA O RÁPIDO
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM ÁFRICA**

I. ANTECEDENTES

1. A África é a região menos desenvolvida do mundo em termos de industrialização. Ela tem uma pequena participação na produção industrial mundial e nas exportações de produtos industrializados. Somente em alguns países o rácio valor acrescentado da manufactura/PIB é superior a 20%. Na maior parte dos países africanos, a contribuição do sector industrial para o PIB é inferior à 15% e em alguns casos, inferior a 5%. A produção do sector concentra-se maioritadamente nos produtos de baixa tecnologia, tais como os alimentos e têxteis, o vestuário, o calçado etc. A maior parte dos países africanos ainda têm de se envolver de forma mais significativa em segmentos de tecnologia média e alta da indústria global, que tem sido caracterizada pelo dinamismo e rápido crescimento nos últimos anos. A economia africana depende muito da produção e das exportações de matérias-primas e, conseqüentemente, sofre riscos associados a esta dependência. O continente deve tirar partido das novas oportunidades oferecidas pela globalização preparando as empresas, formulando políticas de desenvolvimento, desenvolvendo os recursos humanos, reforçando as suas capacidades de inovação e aceitando os factores da industrialização.

2. A industrialização é a chave do crescimento económico e do desenvolvimento. O facto de África continuar a ser a região mais pobre do mundo, onde 34 dos 50 países menos desenvolvidos estão localizados e onde a pobreza está a aumentar, é o reflexo do seu baixo nível de industrialização e da sua marginalização na indústria mundial. Existe uma forte ligação entre a capacidade produtiva industrial, o crescimento económico e o nível de desenvolvimento. As regiões e países em desenvolvimento, que partilham dos benefícios da globalização, que fazem progressos na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e que crescem em termos de desenvolvimento, são os que mais rapidamente se industrializam. A África não tem beneficiado muito do processo da globalização, e corre o risco de não concretizar os ODM, apesar da sua riqueza em termos de recursos naturais.

3. Nos últimos anos, os Chefes de Estado e de Governo africanos, têm tomado uma série de iniciativas importantes a fim de ultrapassarem os desafios de desenvolvimento, inverter a marginalização de África na economia e governação mundiais, e de reivindicarem o Século XXI para os povos do Continente. Estes incluem a criação da União Africana (UA) e a adopção da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), como programa estratégico da União.

4. Entre os objectivos chave da UA, como estipulados no Artigo 3 do Acto Constitutivo da União, estão a criação das condições necessárias que permitirão a África desempenhar o seu legítimo papel na economia mundial; a promoção do

desenvolvimento sustentável aos níveis económico, social e cultural, bem como a integração das economias africanas; e a promoção da cooperação em todos os campos da actividade humana, a fim de elevar o nível de vida dos povos africanos. A experiência dos países desenvolvidos do Norte e de algumas potências emergentes do Sul têm demonstrado que, desempenhar um papel construtivo na economia mundial, conseguir realizar um desenvolvimento sustentável e aumentar o nível de vida, não podem ser concretizados com uma base industrial fraca. A África necessita de uma aceleração do desenvolvimento industrial e diversificação da economia, para poder ultrapassar os desafios de desenvolvimento e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), bem como os objectivos sócio-económicos da UA.

5. O presente documento realça os elementos principais do Plano de Acção para a aceleração do desenvolvimento industrial em África. O Plano oferece um quadro continental para a abordagem das causas principais do baixo desenvolvimento industrial em África. Ele tem em conta as experiências do passado de África relativamente a industrialização, o rico potencial do continente em recursos naturais, particularmente os recursos agrícolas, bem como algumas iniciativas recentes visando a promoção do desenvolvimento industrial. O Plano de Acção serve-se de um conjunto de fontes, incluindo as recomendações de uma série de reuniões técnicas organizadas conjuntamente pela UA e a ONUDI, em preparação para a CAMI, as contribuições políticas e estratégicas das Comunidades Económicas Regionais, do sector privado e de outros intervenientes, assim como os especialistas em matéria de indústria dos Estados Membros.

II. Grandes Prioridades para a aceleração da industrialização em África

6. Há uma série de prioridades importantes que precisam de ser abordadas aos níveis nacional, regional, continental e internacional, com vista a promoção coerente do desenvolvimento industrial de África. As grandes prioridades são:

- i) Uma política sobre a diversificação de produtos e de exportações, gestão e desenvolvimento dos recursos naturais;
- ii) O desenvolvimento de infraestruturas;
- iii) O desenvolvimento do capital humano e a sua sustentabilidade, inovação, a ciência e a tecnologia;
- iv) O estabelecimento de normas e cumprimento;
- v) O desenvolvimento de quadros legal, institucional e regulamentar;
- vi) A mobilização de recursos para o desenvolvimento industrial.

Actividades e medidas que sejam eficazmente e eficientemente perspectivadas para o desenvolvimento industrial de África, necessitam de ser desenvolvidas em cada uma das áreas prioritárias acima mencionadas.

7. A África está dotada de abundantes recursos naturais, incluindo muito minerais industriais e recursos agrícolas. O Continente permanece pobre, apesar das suas riquezas em recursos, porque eles são exportados principalmente na sua forma primária, com pouco ou nenhum acréscimo de valor ao processamento ao nível local. A dependência em matérias primas expuseram os países africanos ricos em recursos às condicionantes dos mercados globais e aos ciclos de subidas e depreciações repentinas dos valores das mercadorias. Embora os recursos naturais africanos tenham potenciado o crescimento industrial e elevado o nível de prosperidade de outros países/regiões, a pobreza no continente permanece severa e numa economia estruturalmente superficial e muito dependente do sector primário: os minerais e a agricultura. O desafio com que a África se confronta é de transformar a economia levando-a de uma economia dependente dos recursos naturais para uma economia industrial dinâmica e diversificada. A riqueza do continente em recursos naturais deve providenciar uma base para a sua rápida industrialização. Por isso, há necessidade de se implementar políticas e medidas que visam maximizar as receitas da exploração dos recursos naturais para aumentar o investimento que é necessário para o desenvolvimento industrial e aumentar o processamento local e o valor adicional dos recursos naturais, com o intuito de acrescentar as contribuições na produção, bem como integrar as empresas africanas na cadeia de valores mundiais relevantes.

8. O investimento em infraestruturas (energia, comunicações, transportes, água, etc) é vital para a promoção e suporte do desenvolvimento industrial em África. Há falta de infraestruturas de base em África. Por exemplo, a energia, que é necessária para a promoção do crescimento industrial, é completamente inadequada, com taxas de electricidade tão baixas como 1% em algumas zonas rurais de África. Estima-se que, com as tendências actuais de fornecimento de energia, levar-se-iam décadas para que se estabelecesse o fornecimento de energia eléctrica no continente. O continente africano não poderá explorar as suas vantagens comparativas da utilização dos recursos naturais como chave do desenvolvimento industrial, convertendo essas vantagens em competitividade, sem possuir uma energia adequada e outras infraestruturas. A competitividade na produção de bens industriais (consumo, produtos intermediários e capital, tecnologia de baixa, média e alta capacidades) dependem da disponibilidade de infra-estruturas, eficientes. O desenvolvimento de infraestruturas aos níveis nacional, regional e continental, deve merecer alta prioridade no Plano de Acção de África para a aceleração do desenvolvimento industrial.

9. O desenvolvimento industrial em África deve ter também como base o reforço da capacidade humana: investimento na saúde, na educação e na formação. Na actual economia mundial com base no conhecimento, a industrialização é cada vez mais orientada pela ciência, tecnologia e inovação. A capacidade de desenvolver, adquirir, melhorar e adaptar as tecnologias, é um

elemento chave para se competir de uma forma eficaz no mercado mundial. A industrialização de África só poderá ser acelerada e sustentada numa base tecnológica sólida. Por isso, tem que se conceber e implementar programas e políticas para se melhorar a capacidade dos países africanos nos domínios da ciência, tecnologia e inovação. Deverá haver um fluxo contínuo de descobertas científicas, o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias para garantir uma melhoria na produtividade e na produção competitiva de bens industriais em África. Neste contexto, o papel e a coordenação apropriada dos sectores universitário e terciário, assim como das instituições de investigação e de desenvolvimento é vital para o melhoramento das capacidades de adaptação e a comercialização dos novos conhecimentos. De igual modo, torna-se imperioso tomar medidas para se actualizar a capacidade empresarial e aumentar a disponibilidade de pessoal altamente qualificado no sector industrial africano. O desenvolvimento da capacidade humana é necessário para que os países africanos se beneficiem de subcontratações e da externalização das actividades, aspectos importantes da industrialização mundial. Uma estratégia somente pode ser bem sucedida se incluir elementos que tornem a sua implementação eficaz. Neste contexto, a empresa deve ser o núcleo da estratégia industrial de África. Todavia, o governo em consulta com todos os outros intervenientes, em particular o sector privado, irá liderar a implementação do Plano de Acção, de forma a garantir o seu sucesso. Dado que a falta de recursos humanos qualificados, principalmente ao nível da gestão de empresas, constitui um grande obstáculo para o desenvolvimento industrial e económico, deve-se dar uma importância especial ao desenvolvimento dos recursos humanos, especificamente a formação de gestores de empresas, através da criação de capacidades/habilidades de gestão, bem como institutos que providenciem formação de qualidade.

10. As normas e o seu cumprimento constituem um dos aspectos principais do desenvolvimento industrial num mundo globalizado. A capacidade de se estar em conformidade com as normas internacionais é um elemento chave da competitividade mundial. O reforço da capacidade de melhorar, certificar e assegurar a qualidade e os padrões dos produtos industriais é importante para se obter o benefício do acesso ao mercado global e para a sustentação do processo de industrialização. A incapacidade dos países africanos de cumprirem as normas sanitárias, fitossanitárias e padrões técnicos impostos pelos países desenvolvidos, tem constituído uma barreira para que se tire partido dos benefícios inerentes ao acesso ao mercado de produtos processados e industrializados. O estabelecimento de padrões adequados e a participação no exercício de estabelecimento de normas internacionais é também importante para a promoção do desenvolvimento industrial africano num outro sentido. O desejo de produtos mas baratos, de baixa qualidade, no mercado africano levou algumas vezes as indústrias locais ao colapso, e tem servido como um grande desincentivo ao desenvolvimento industrial. Portanto, o reforço da capacidade de estabelecimento de padrões deve visar não apenas o melhoramento da qualidade e o aumento do acesso de produtos africanos aos mercados dos países desenvolvidos, mas também prevenir o fluxo de produtos de baixa qualidade, prejudiciais para o mercado africano.

11. O estabelecimento de políticas relacionadas com a indústria, e de quadros institucionais e regulamentares apropriados aos níveis nacional, regional e continental, devem igualmente constituir um elemento-chave no Plano de Acção de África para a promoção do desenvolvimento industrial. Esses regimes fazem parte de um ambiente favorável que é necessário para o sector doméstico e estrangeiro privado desempenharem o seu devido papel no processo de industrialização neste âmbito. Devem ser criados mecanismos para proporcionar incentivos e apoiar os serviços prestados às indústrias africanas; criar as competências para o desenvolvimento, absorção, difusão e adaptação da tecnologia; e reduzir os custos de condução de negócios.

12. O financiamento é uma outra questão chave na promoção do desenvolvimento industrial em África. O continente africano atrai presentemente uma fracção insignificante do crescente fluxo global de investimentos. O volume dos escassos investimentos que o continente atrai, vai para alguns países para a extracção de recursos minerais. Por conseguinte tornar a África um lugar atraente para o investimento local e estrangeiro, estabelecer e reforçar as instituições do mercado financeiro e de capitais devem merecer alta prioridade no Plano de Acção de África para a aceleração do processo de industrialização. A maior parte do financiamento para o desenvolvimento industrial deve ser primeiramente mobilizado em África. Isto irá incluir a experimentação de novas fontes, tais como fundos de pensão e remessas e rendimentos de africanos na diáspora, a partir da reforma do sistema tributário.

III. Acções e medidas específicas para promoção do desenvolvimento industrial em África

13. A rápida industrialização de África requer a adopção e implementação de medidas e acções específicas aos níveis nacional, regional, continental e internacional. Os governos nacionais, em colaboração com o sector privado e a sociedade civil, terão de tomar a liderança do processo de iniciação e implementação das actividades nos Estados Membros. As Comunidades Económicas Regionais devem servir de agentes principais para a promoção da industrialização ao nível regional, enquanto a União Africana e o seu programa estratégico NEPAD devem desempenhar, com o apoio da UNECA e do BAD, um papel semelhante ao nível continental. O desenvolvimento industrial em África necessitará igualmente de acções ao nível internacional, que irão envolver Organizações Internacionais incluindo a ONUDI, o Banco Mundial e a OMC, bem como os parceiros de desenvolvimento. As acções e medidas específicas necessárias para a promoção do desenvolvimento industrial em África, incluem:

Acções a nível nacional

- Promoção de uma boa governação política, económica e corporativa: subscrição à NEPAD e a implementação do NEPAD - APRM, estabilidade macro-económica, governação democrática, estado de direito, e maior transparência e responsabilidade;

- Estabelecimento, melhoramento e manutenção de uma política e ambiente institucional eficaz de apoio à indústria e favorável ao investimento:
 - i. Desenvolvimento Industrial e Agências de Promoção de Investimento;
 - ii. Estratégias de Promoção de Investimento baseadas, entre outras coisas, na informação sobre as expectativas e comportamentos do investidor, tais como prevêem a Rede Africana de Agências de Promoção de Investimentos da ONUDI;
 - iii. Padrões, Controlo de Qualidade, Garantia e Agências de Certificação;
 - iv. Mecanismos de Consulta e de Parcerias entre as Instituições de Ciência e Tecnologia/Universidades/Governos e o Sector Privado e Instituições da Sociedade Civil;
 - v. Agências de Desenvolvimento Industrial Rural e de Pequena Escala;
 - vi. Políticas de Remoção de Obstáculos Burocráticos e Administrativos ao Comércio e ao Investimento;
 - vii. Simplificação das Leis Comerciais;
 - viii. Restruturação industrial, manutenção e levar as empresas a atingir padrões internacionais;
- Enquadramento da industrialização nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento;
- Integração da industrialização nas políticas nacionais de desenvolvimento, nacional, especialmente nas estratégias de alívio à pobreza;
- Desenvolvimento e implementação de uma política industrial, dando prioridade à maximização do uso das capacidades produtivas e insumos locais acrescentando valor aos abundantes recursos naturais do país, processamento local dos mesmos, bem como ao desenvolvimento de indústrias rurais e pequena escala, incluindo o sector informal, bem como as indústrias de produtos intermédios e de capital, com alta ligação à outros sectores da economia, como fontes potenciais de criação de emprego;
- Melhoramento dos Códigos de Investimento e de Exploração Mineral de forma a apoiar o processamento local dos recursos minerais;
- Atribuição pelos países ricos em recursos minerais, de uma parte das receitas dos aumentos de preços de mercadoria para o investimento em

programas/projectos de diversificação económica e de desenvolvimento industrial;

- Enquadramento do desenvolvimento do sector privado na estratégia de desenvolvimento nacional;
- Aumento do investimento em infraestruturas e no reforço da parceria público-privado na área de desenvolvimento infraestrutural;
- Promoção da Investigação e do Desenvolvimento, com uma atribuição de pelo menos 5% do orçamento nacional ou pelo menos “1 por cento do PIB”;
- Estabelecimento/reforço do Desenvolvimento da Tecnologia e de Centros de Adaptação;
- Actualização das tecnologias existentes, de modo a tornar as indústrias mais produtivas e competitivas;
- Aumento do investimento em capital humano, especialmente no ensino técnico, na ciência e na tecnologia, bem como na investigação e desenvolvimento empresarial;
- Criação de instalações para formar o pessoal das empresas nas áreas técnica, de gestão e financeira;
- Provisão de Incentivos a Peritos na Diáspora Africana em matéria de Ciência e Tecnologia, de maneira a contribuir para o desenvolvimento industrial ao nível nacional;
- Estabelecimento de uma forte coordenação entre a Indústria e os Centros de Excelência de Ciência e Tecnologia e Instituições de Pesquisa, aos níveis nacional e regional;
- Apoio à empresas principiantes no sentido de explorarem os resultados da investigação e desenvolvimento (I&D) dos centros nacionais e regionais;
- Facilitação do fluxo intra-regional de bens, serviços, trabalho, capital e tecnologia; e o estabelecimento de empresas industriais transfronteiriças para tirarem partido das economias de escala no mercado regional;
- Promoção de indústrias socialmente responsáveis;
- Tirar o máximo proveito das parcerias africanas, particularmente no que diz respeito às potências em industrialização e potências emergentes do sul, de forma a promover o desenvolvimento e a transferência de tecnologia, o

estabelecimento de empresas industriais conjuntas em África, providenciar um maior acesso dos produtos industriais africanos nesses mercados e mercados mais desenvolvidos;

- Estabelecimento/reforço dos mercados financeiros e de capital (incluindo intermediação financeira inovativa) e melhoramento do financiamento a empresas, particularmente no que diz respeito às indústrias rurais e de pequena escala;
- Melhorar a capacidade de reforço institucional, indústria e do comércio bem como a capacidade de negociação;
- Formulação de uma política de transformação de tecnologia, que leva a aumentar valor a nível local;
- Efectuar estudos, incluindo levantamentos industriais, análise da cadeia de valores e a elaboração de programas industriais integrados.

Accções a nível regional

- Promoção da Estabilidade e Segurança Regionais;
- Rápida implementação dos projectos de infraestruturas da NEPAD, com a finalidade de aumentar a capacidade produtiva e a conectividade intra-regional e continental;
- Desenvolvimento e implementação de uma Estratégia Industrial regional e de um Corredor Económico Potencial, baseado na iniciativa de Desenvolvimento Espacial da NEPAD, envolvendo a promoção de infra-estruturas sectoriais e inter-relacionadas de economias de grande escala, e o investimento em indústrias pesadas, de forma a tirar partido dos recursos naturais da região;
- Implementação da componente industrial da NEPAD e Iniciativa de Capacidade Produtiva Africana (ICPA);
- Facilitação de empresas industriais transfronteiriças conjuntas e do comércio intra-regional, no quadro das cadeias de valor;
- Mobilização de recursos ao nível regional para as infraestruturas e as indústrias pesadas;
- Mobilização de recursos para infra-estruturas e indústrias pesadas ao nível regional; estabelecimento de um fundo de desenvolvimento industrial para infra-estruturas e indústrias pesadas;

- Estabelecimento/Reforço das câmaras de comércio e de indústria ao nível regional; estabelecimento de um fundo de desenvolvimento industrial para infra-estruturas e indústrias pesadas;
- Reforço das complementaridades industriais regionais e as ligações anteriores e posteriores;
- Desenvolvimento de Mercados Financeiros e de Capitais Regionais;
- Avaliação e actualização dos Centros Regionais de Tecnologias existentes;
- Mobilização da Diáspora Africana no âmbito da ciência e tecnologia para o reforço do design da tecnologia, inovação e a capacidade de adaptação;
- Promoção do intercâmbio de experiências no âmbito da tecnologia industrial;
- Colmatação das actuais lacunas no Desenvolvimento da Tecnologia Regional e na Infraestrutura de Adaptação através do estabelecimento de Centros de Excelência Regionais de Ciência e Tecnologia com vista a acelerar as descobertas científicas, a produção de conhecimento, o desenvolvimento da tecnologia e a inovação nas áreas principais (i.e. a biocombustíveis e outras fontes de energia renováveis, a eficiência da energia industrial, equipamento e a maquinaria para o processamento dos recursos naturais, melhoramento da competitividade das PME, etc), que podem impulsionar a industrialização em África;
- Estabelecimento/Reforço de Centros e Laboratórios Regionais para o estabelecimento de padrões, o controlo de qualidade, a garantia e a certificação, a fim de ajudarem os produtos africanos a satisfazerem os regulamentos técnicos e os padrões internacionais, bem como impedir o despejo de produtos de baixa qualidade e perigosos no mercado regional;
- Assistência aos Estados Membros na actualização as suas competências e capacidades, com vista a dominarem as novas tecnologias;
- Apoio à criação de incubadoras de tecnologia, de parques de tecnologia e as actividades prototípicas na região;
- Estabelecimento de centros de produção sem poluição;
- Estabelecimento de observatório regional de competitividade e emprego;
- Desenvolvimento de centros de informação tecnológica;
- Harmonização de políticas industriais ao nível nacional;

- Harmonização dos códigos de investimento.

Acções a nível continental

- Harmonização das políticas e estratégias industriais a nível regional;
- Reforço dos sistemas regionais de inovação industrial;
- Desenvolvimento de Códigos Modelo Africano para o Investimento e a Exploração Mineral;
- Harmonização das Leis Comerciais e de Investimento em África;
- Apoio à criação de Centros de Excelência Regionais em matéria de Ciência, Tecnologia e de transferência de tecnologia;
- Estabelecimento/Reforço da Organização de Padrões ao nível Continental e a Harmonização dos Padrões;
- Desenvolvimento de um banco de dados/plataforma eletrónica sobre as variáveis importantes para o desenvolvimento industrial de África (por exemplo, recursos naturais, ciência e tecnologia e a aplicação industrial moderna da Ciência e Tecnologia aos recursos naturais);
- Adopção de uma iniciativa Africana de Inovação Tecnológica (IITA), incluindo o estabelecimento de:
 1. Rede de Centros de Design/Centros de Excelência Africanos;
 2. Rede de Centros de Testagem e Certificação Africana;
 3. Rede Africana de Centros Serviços de Apoio ao Negócio;
 4. Rede Africana de Centros de Cumprimento Ambiental; e
 5. Rede Africana de Centros de Transferência Tecnológica/Universidades Presidentes da Inovação.
- Avaliação periódica do estado de industrialização em África, em colaboração com instituições regionais de forma a gerar indicadores de industrialização bienalmente;
- Mobilização de apoio técnico e financeiro internacionais para a implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Africano;

- Desenvolvimento e reforço de parcerias de África com os seus parceiros tradicionais do Norte e das potências emergentes do Sul, visando a aceleração do desenvolvimento industrial de África;
- Promoção da propriedade intelectual como um instrumento para o desenvolvimento industrial;
- Estabelecimento de uma rede de fornecedores e uma rede de subcontratação com base na UNIDO e outros levantamentos;
- Estabelecimento e operacionalização rápidas do Banco Africano de Investimento;
- Apoio ao desenvolvimento de uma plataforma africana de investimentos, com base na UNIDO e outros levantamentos.

Acções a nível internacional

- Mobilização de apoios técnicos e financeiros para a criação da capacidade produtiva industrial e a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento industrial de África;
- Concessão de incentivos de investimento e de outro tipo de assistência à companhias nacionais, para o estabelecimento de empresas industriais conjuntas e para o processamento de recursos naturais dentro de África/busca externa de produtos para companhias em África;
- Facilitação da transferência de tecnologia para a África, através da assistência internacional para o melhoramento das capacidades de aquisição, assimilação, adaptação, aprendizagem e inovação;
- Aumento do acesso ao mercado de produtos industrializados em África e serviços afins, particularmente através da Cooperação Sul-Sul no domínio da investigação, transferência de tecnologia e promoção de investimentos;
- Atribuir maior prioridade ao processo de negociação do comércio multilateral no quadro da “OMC e APE” com vista ao desenvolvimento industrial como um dos pilares do desenvolvimento africano;
- Mobilização da comunidade internacional para apoiar o Plano de Acção.

IV. MECANISMO DE ACOMPANHAMENTO

14. A aceleração do processo de industrialização em África requer o compromisso dos Estados Membros, a sua cooperação aos níveis regional e

continental e o apoio dos parceiros de desenvolvimento de África, com vista a uma implementação efectiva das actividades e acções contidas neste Plano de Acção.

15. Como medida de acompanhamento dos princípios orientadores constantes do Plano de Acção, serão desenvolvidos planos e programas relevantes de implementação aos níveis nacional, regional, continental e internacional. Reuniões nacionais e regionais envolvendo a participação do sector privado e da sociedade civil deverão ser organizadas, visando o desenvolvimento dos planos de implementação incluindo os cronogramas e orçamentos, bem como a identificação dos actores principais.

16. Será criado a nível de cada região, um painel de alto nível na área de desenvolvimento industrial sustentável e diversificação, representando os Chefes de Estado e de Governo. Este painel constituirá o mecanismo principal de monitorização do grau de implementação do Plano de Acção e deverá prestar contas à Cimeira da UA bienalmente.

ANEXO IV

RESOLUÇÃO DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844
website: www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA
1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
24 – 27 DE SETEMBRO DE 2007
MIDRAND, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

EXT/MIN/CAMI/RES (I)
Original: Inglês

RESOLUÇÃO DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

Nós, Ministros Africanos da Indústria, reunidos na nossa 1ª Sessão Extraordinária da Conferência de Ministros da Indústria, de 26 a 27 de Setembro de 2007, em Midrand, ao amável convite da República da África do Sul.

Conscientes da mudança radical do quadro de exploração da indústria mundial e da marginalização contínua da maioria dos países africanos em relação ao processo de globalização,

Reconhecendo que o crescimento estimulado pelo crescimento súbito de preços das matérias primas não é uma fonte sustentável de desenvolvimento económico, expressamos a nossa preocupação sobre a dependência em relação às matérias primas,

Congratulamo-nos pela Decisão da UA de dedicar a Oitava Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo à questão central do desenvolvimento industrial sustentável e da diversificação da produção como essência do desenvolvimento,

Recordamos as decisões, as recomendações e as resoluções adoptadas nas nossas reuniões anteriores assim como Conferências da UA/NEPAD sobre a questão da capacidade produtiva e da industrialização, em particular a nossa Declaração adoptada em Junho de 2006, em Cairo, Egipto,

Reiteramos os nossos compromissos enunciados na Declaração de Cairo de 21 de Junho de 2006, em particular no que se refere à nossa vontade colectiva e individual de:

- i) reforçar e diversificar a nossa capacidade, em particular no sector de manufactura e serviços industriais;
- ii) ultrapassar os constrangimentos ligados à procura;
- iii) desenvolver e explorar economias de escala através da integração regional;
- iv) desenvolver e explorar as nossas potencialidades de exportação de produtos de alto valor.

Apoiamos a liderança política da União Africana (UA) na condução do processo que visa alcançar os objectivos estabelecidos em vários programas de desenvolvimento industrial aos níveis nacional, regional, continental e internacional,

Submetemos o Plano de Acção aos Chefes de Estado e de Governo para análise e aprovação durante a sua Oitava Cimeira agendada para Janeiro de 2008,

Manifestamos o nosso reconhecimento à ONUDI pelo seu programa de apoio à implementação de alguns aspectos do Plano de Acção, designadamente:

- o reforço das capacidades de produção e do comércio;
- a promoção dos investimentos e reforço da governação;
- a criação de empregos produtivos, decentes e sustentáveis para os jovens;
- a promoção da segurança energética e sua utilização para o crescimento industrial; e
- o reforço dos sistemas regionais de inovação industrial.

Convidamos os parceiros de desenvolvimento a elaborar programas de apoio apropriados a vertentes importantes do Plano de Acção, de acordo com os seus mandatos,

Exprimimos os nossos agradecimentos ao Governo e ao Povo da África do Sul pela calorosa hospitalidade bem como pelos meios postos à nossa disposição que contribuíram para o êxito das nossas deliberações.

Adoptada no dia 27 de Setembro de 2007, em Midrand, República da África do Sul

2008

Relatório da primeira sessão Extraordinária da Conferência dos Ministros da Indústria Da Ua 24 – 27 de Setembro de 2007

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3889>

Downloaded from African Union Common Repository